

A. I. Nº - 299430.0014/24-0
AUTUADO - MEDLIFE LOGÍSTICA LTDA.
AUTUANTE - JORGE LUIZ SANTOS DA COSTA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10/12/2024

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0219-03/24-VD**

EMENTA: ICMS. 1. BASE DE CÁLCULO. ERRO NA DETERMINAÇÃO. SAÍDAS REGULARMENTE ESCRITURADAS. RECOLHIMENTO A MENOS. Irregularidade não contestada. Infração subsistente. 2. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. TRIBUTAÇÃO NAS SAÍDAS. APLICAÇÃO DE MULTA. PERCENTUAL DE 60% SOBRE O VALOR DO IMPOSTO NÃO RECOLHIDO TEMPESTIVAMENTE. Irregularidade não contestada. Infração caracterizada. A alegação defensiva de que parcelou integralmente o valor da exação não consta no sistema da SEFAZ. Infração subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 26/06/2024, exige crédito tributário no valor de R\$ 890.946,32, acrescido da multa de 60%, em razão do cometimento das infrações seguintes:

Infração 01 - **03.02.05**. Recolhimento a menos de ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, nos meses de janeiro a dezembro de 2021, janeiro a abril e junho a dezembro de 2022. Exigido o valor de R\$ 768.891,15, acrescido da multa de 60%;

Infração 02 - **07.15.05**. Multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, nos meses de julho de 2019, agosto de 2020, janeiro a maio, setembro e dezembro de 2021, fevereiro, março, agosto a dezembro de 2022. Exigido o valor de R\$ 122,055,17, acrescido da multa de 60%.

O Autuado impugna o lançamento, fl. 47, articulando o seguinte argumento.

Assinala que apresenta Impugnação, no intuito de obstar a inscrição do débito em dívida ativa, tendo em vista que irá aderir ao REFIS 2024, instituído por meio da Lei nº 14.761/2024, dentro do prazo estabelecido pela legislação.

O Autuante presta informação fiscal à fl. 51, destacando que o Autuado apresenta, em razão da lavratura do Auto de Infração em epígrafe, peça defensiva informando que a contestação deste Auto de Infração é no intuito de “obstar a inscrição do débito em dívida ativa”, uma vez que irá aderir “ao REFIS 2024, instituído por meio da Lei nº 14.761/2024”.

Informa que consultando o INC-SEFAZ do contribuinte, contatou que ele ainda não efetuou o pagamento e nem parcelou o débito do Auto de Infração.

Conclui frisando que, diante do exposto, remete este processo ao CONSEF para a adoção das providências cabíveis.

VOTO

Depois de compulsar os elementos que compõem o presente PAF, verifico que: *i*) a descrição dos fatos no presente Auto de Infração foi efetuada de forma compreensível; *ii*) foram determinados,

com segurança, as infrações e o infrator; **iii)** foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas; e **iv)** não foi constatada violação ao devido processo legal e da ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos. Portanto, o presente Auto de Infração se afigura revestido das formalidades legais, e não se encontram no presente processo os motivos elencados nos incisos I a IV, do art. 18, do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento.

No mérito, o presente lançamento imputa ao sujeito passivo o cometimento do recolhimento a menos de ICMS em decorrência de erro na determinação da base de cálculo do imposto nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas - Infração 01 e aplicação de multa percentual sobre a parcela do imposto (ICMS) que deixou de ser paga por antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente - Infração 02.

Em sua Defesa o Autuado declarou expressamente que sua Impugnação tinha como objetivo obstar a inscrição do débito apurado no Auto de Infração em dívida ativa, tendo em vista que iria aderir ao REFIS 2024, instituído por meio da Lei nº 14.761/2024, parcelando o débito integral apurado dentro do prazo estabelecido pela legislação.

Consigno que até a data do Julgamento do presente Auto de Infração não consta no sistema desta SEFAZ parcelamento algum deferido em nome do Autuado.

Assim, resta evidenciado que o Autuado não carrearou aos autos qualquer elemento com o condão de elidir a exigência fiscal que lhe fora imputada.

Pelo expendido, concluo pela subsistência da autuação.

Ante ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **299430.0014/24-0** lavrado contra **MEDLIFE LOGÍSTICA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 768.891,15**, acrescido da multa de 60%, prevista na alínea “a”, do inciso II, do art. 42, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 122.055,17**, prevista na alínea “d”, do inciso II, do mesmo artigo da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 27 de novembro de 2024.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA